

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

26 a 29 de Julho de 2017, Brasília (DF)

Grupo de Trabalho: Pensamento Social no Brasil

No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira
nos primeiros anos da Sudene

Flávio da Silva Mendes
UNICAMP

No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da Sudene¹

Resumo

Neste trabalho, que apresenta parte dos resultados de minha pesquisa de doutorado, retomo a história da criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, e de seus primeiros anos até o golpe de 1964. Para tanto, destaco as trajetórias de dois de seus principais personagens: Celso Furtado e Francisco de Oliveira. O primeiro, economista já consagrado à época, foi quem concebeu e apresentou o projeto da Sudene ao presidente Juscelino Kubitschek, de quem recebeu a tarefa de dirigir a nova entidade. O segundo, então um jovem sociólogo recifense, chegou à Superintendência como membro da pequena primeira equipe de trabalho e se tornou, pouco depois, o substituto direto de Furtado. Ao longo da exposição analisarei as disputas entre forças políticas regionais, nacionais e internacionais que envolveram a concepção dos primeiros programas e projetos da Sudene, pautados pelo nacional-desenvolvimentismo, e as formas como Celso Furtado e Francisco de Oliveira interpretaram e reagiram a esses conflitos. No final proponho uma reflexão sobre o impacto daquela breve e intensa experiência, interrompida à força em 1964, sobre a trajetória e o pensamento desses dois importantes intelectuais brasileiros do século XX.

Palavras-chave: Furtado, Celso; Oliveira, Francisco de; Sudene.

Introdução

Durante o século XX, sobretudo no período que se estende da crise de 1929 ao início dos anos 1970, os debates a respeito dos impulsos e obstáculos ao desenvolvimento nacional dominaram o meio intelectual brasileiro. Tema restrito, num primeiro momento, a lideranças políticas e economistas, ele logo passou a atrair a atenção de cientistas sociais. Foi com o objetivo de abrigar pesquisadores interessados em discuti-lo que foram criados espaços como o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), em 1953, e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em 1955. Ambos situados no Rio de Janeiro, então capital federal. Pouco depois, no início da década de 1960, foi a vez da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo lançar

¹ Este texto apresenta parte dos resultados de tese de doutorado em sociologia defendida na UNICAMP, em 2015, sob o título *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. Uma versão ampliada da discussão aqui proposta aparece em artigo recém publicado na revista *Lua Nova* (Mendes, 2017). Agradeço à FAPESP pelo financiamento a esta pesquisa.

sua agenda de pesquisas em torno dos problemas do desenvolvimento brasileiro. Esta foi impulsionada pela fundação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (CESIT), ligado à Cadeira I de Sociologia, sob a liderança de Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Os exemplos acima resumem o poder de atração que o tema do desenvolvimento exercia sobre os intelectuais brasileiros: àquela altura, entre os anos 1950 e 60, nenhuma questão nacional lhe escapava. Para além do meio acadêmico, existia uma esperança difundida de que a industrialização em curso poderia resultar na consolidação de uma economia mais madura e autônoma diante de condicionantes externos e, o mais importante, na eliminação progressiva de contradições internas que se manifestavam na persistência de uma estrutura social dualista, na qual se opunham o velho e o novo. De fato, o longo processo de construção do Brasil moderno parecia chegar a um momento decisivo, para o qual convergiam diferentes forças sociais. Ligados a elas, os intelectuais daquela geração não viraram as costas para esta realidade, o que justifica a existência de verdadeiros manifestos a favor de uma ciência engajada no debate dos problemas nacionais, como aqueles escritos pelos principais expoentes da sociologia brasileira à época (Costa Pinto, 1963; Fernandes, 1963; Ramos, 1965).

Há muitas trajetórias pessoais que podem ser recuperadas com a finalidade de enfatizar essa proximidade entre ciência e política, mas talvez nenhum seja tão exemplar, sobretudo para aquele período, quanto a de Celso Furtado. Em 1958, quando já era reconhecido por sua atuação junto à Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e pela publicação de diversos textos dedicados às questões do desenvolvimento, o economista paraibano apresentou ao então presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, um projeto que pretendia alterar a forma de intervenção do governo federal sobre a questão regional. Sua proposta culminaria na criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), sob sua direção. Anunciada e debatida nos grandes meios de comunicação, a nova entidade logo atraiu algumas dezenas de jovens servidores públicos recém-formados, quase todos nascidos na região, que pleitearam uma vaga em seu quadro de funcionários. Entre eles estava o sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira.

Neste trabalho analiso alguns aspectos das trajetórias de Furtado e Oliveira antes e durante a experiência da Sudene, desde sua criação, em 1959, até o golpe militar, em 1964, que os obrigou a seguir para o exílio. Oriento-me pela hipótese de que aqueles breves cinco anos, marcados por grandes esperanças e intensos conflitos, ajudaram a moldar tanto os caminhos institucionais que trilharam quanto as ideias que alimentaram seus principais textos a partir do início da ditadura. Para encerrar esta introdução não há nada melhor do que a opinião de Francisco de Oliveira sobre aquele contexto:

Foi a melhor experiência pessoal que tive. Trabalhar no olho do furacão. Porque estava no Nordeste, eram as Ligas Camponesas de um lado, o “diabo-a-quatro” de outro, a pressão sobre a Sudene era violentíssima. A gente estava no meio de quatro ou cinco fogos, não era apenas um lado. Tinha a Liga Camponesa de um lado e a Igreja Católica, que era muito ativa, do outro. E um movimento estudantil muito forte. A burguesia açucareira – que estava querendo retomar o tempo perdido – foi importante, os latifundiários. O Partido Comunista era forte, com um pé atrás: desconfiava do Celso [Furtado], mas apoiava. Então era um pau só (Jinkings, Ridenti e Maar, 2007, pp. 18-19).

Celso Furtado e a “Operação Nordeste”

Quando publicou seu livro mais conhecido – *Formação econômica do Brasil*, em 1959 – Celso Furtado já era bastante prestigiado no país e no exterior. Sua atuação como diretor da Divisão de Desenvolvimento da CEPAL, entre 1949 e 1957, abria-lhe portas, bem como as duas pós-graduações em economia concluídas na Europa: um mestrado em Paris, em 1948, e um doutorado em Cambridge, em 1958. Somadas, essas experiências o tornavam “dotado de uma formação universitária em economia, de diplomas e de uma rede de colegas em nível internacional bastante raros” (Garcia, 1998, p. 54, tradução nossa).

Antes de frequentar espaços importantes no exterior, Furtado teve uma trajetória de estudos mais tradicional no Brasil. Nascido na cidade de Pombal, no sertão da Paraíba, em 1920, ele realizou o curso secundário no Recife antes de se dedicar ao direito no Rio de Janeiro, então capital do país, entre 1939 e 1943. Ao articular essa formação com a rede de contatos que construiria no exterior, Furtado se credenciou para participar do debate entre monetaristas e

estruturalistas, então em voga, numa posição privilegiada: não pertencia ao grupo social onde se situava a maioria dos primeiros, em geral nascidos no Rio de Janeiro, filhos de grandes comerciantes ou de profissionais liberais, cosmopolitas, engenheiros de formação, perfil bem exemplificado por Eugênio Gudin. E, mesmo tendo nascido no Nordeste e se formado em direito, como muitos dos economistas estruturalistas, filhos de famílias em declínio econômico, Furtado possuía, graças à sua formação mais ampla, recursos que eram exclusivos dos economistas liberais.²

Em 1959 esse perfil original – somado, sem dúvida, ao respeito que conquistara por sua atuação intelectual – lhe rendeu um convite para participar de uma reunião convocada pelo então presidente Juscelino Kubitschek. A pauta do encontro, realizado no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, abrangia a seca que atingira o Nordeste no ano anterior e as estratégias do governo federal para amenizar seus efeitos. A questão, já antiga, ganhava maior importância graças à conjuntura. Kubitschek chegava ao fim de seu mandato em meio ao entusiasmo em torno da industrialização acelerada, da meta de crescer cinquenta anos em cinco, e às vésperas da inauguração de Brasília, a moderníssima nova capital do país. Nos jornais, o retorno da seca nordestina e a retomada dos debates sobre as desigualdades regionais incomodavam, pois pareciam indicar que nenhum plano de desenvolvimento, por mais bem sucedido que fosse, bastaria para superar algumas contradições: estruturas arcaicas seguiam impondo obstáculos à construção do Brasil moderno. Sem apresentar remédios eficientes para esses males, o presidente via crescer a agitação social e política na região, que culminariam no fortalecimento do movimento de trabalhadores rurais, sob a liderança das Ligas Camponesas, e no avanço de forças de esquerda, sobretudo no interior da Frente do Recife.³

A reunião em Petrópolis contava com uma lista ampla de convidados, como o empresário Israel Klabin e Dom Helder Câmara, um dos líderes das

² Essa distinção entre economistas liberais e estruturalistas, bastante marcada entre os anos 1930 e 1964 no Brasil, é realizada por Loureiro (1997), especialmente no primeiro capítulo.

³ A Frente foi criada em 1955 em torno da candidatura vitoriosa de Pelópidas da Silveira para a prefeitura da capital pernambucana, com o apoio de socialistas e comunistas. Com o passar dos anos, essas forças de esquerda ganharam maior espaço na coalizão, o que levou às vitórias de Miguel Arraes para prefeito do Recife, em 1959, e governador de Pernambuco, em 1962.

discussões sobre o Nordeste dentro da Igreja Católica. Sua ausência, segundo Furtado, era um sinal de que muitas forças sociais viam com desconfiança o interesse tardio de Kubitschek por aquela região. Mas foi justamente o ceticismo generalizado, convertido em silêncio, que permitiu ao economista expor em detalhes a sua visão sobre os problemas regionais. Seu argumento principal apontava para a inversão de um dos pressupostos básicos da velha política de combate às secas: o Estado nacional não deveria tentar lutar contra este fenômeno natural, inevitável, mas atuar a favor de uma mudança na inadequada estrutura produtiva local, baseada na concentração de terras e na monocultura. Era este sistema e as relações sociais dele decorrentes que tornavam as secas esporádicas tão nocivas à população mais pobre. Ao governo federal cabia, portanto, a tarefa de planejar e executar programas que alterassem aquela estrutura, como a industrialização, um dos pilares do programa desenvolvimentista. Através da modernização da economia nordestina também seriam reduzidas as desigualdades regionais e superadas formas arcaicas de relações sociais, marcas de seu descompasso em relação ao Centro-Sul do país, que crescia em ritmo acelerado (Furtado, 1989, pp. 41-45). Impressionado com o que viu e ouviu, Kubitschek pediu a Furtado que amadurecesse a “Operação Nordeste”. Esta serviria de base para a criação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), cujas atividades começaram já em 1959, enquanto o projeto de criação da Sudene era analisado pelo Congresso Nacional.⁴

Não era apenas uma preocupação conjuntural que inspirava aquele. Entre as ideias de Furtado e o plano de governo do presidente havia muitos pontos em comum, amarrados pela ideologia desenvolvimentista. Em sua primeira “Mensagem ao Congresso Nacional”, Kubitschek já anunciara sua intenção de acelerar a transição da economia brasileira do “estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva”,

⁴ As discussões sobre a Sudene se arrastaram até o final de 1959. Os principais obstáculos para sua criação surgiam eram criados por parlamentares do Nordeste, que defendiam os interesses da oligarquia regional. Tanto que um dos pontos mais polêmicos dizia respeito à integração à Superintendência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), um antigo aparelho dominado pelos interesses dos latifundiários. A bancada nordestina era contra.

necessária para incrementar a riqueza e o bem-estar da população.⁵ Um programa que Furtado assinaria. O desenvolvimentismo se convertera numa ideia com enorme força política, não mais restrita ao campo do debate intelectual: ele era visto como a receita mais adequada e segura, dentro da ordem, para aproveitar o grande volume de capitais que migravam para o chamado Terceiro Mundo desde o final da Segunda Guerra, acelerar a modernização das sociedades periféricas e assim fazer frente às contradições do imperialismo, intensificadas durante a Guerra Fria.

A hegemonia desenvolvimentista escondia em si enormes divergências. Em torno do programa de industrialização nacional estavam reunidos vários setores da sociedade brasileira, do Partido Comunista (PCB) às entidades que representavam os interesses da burguesia do Centro-Sul. As enormes diferenças logo se tornariam um fator determinante para o surgimento de conflitos e o declínio daquela aliança. Antes, porém, a Sudene encontrava um clima muito favorável à sua atuação, pois prometia reunir todos as forças que lutavam pelo progresso do país – Estado nacional, a burguesia industrial, trabalhadores, setores da esquerda e da Igreja – contra os representantes do atraso – personificados pela oligarquia latifundiária decadente. Seu programa, que correspondia aos desejos de uma parcela da sociedade, expressava-se como a síntese do interesse nacional. Grandes jornais contribuíram para enfatizar esse caráter, com textos como os produzidos por Antônio Callado, que dedicou uma série de reportagens aos problemas do Nordeste e aos limites da antiga forma de combate aos problemas da região, sintetizados na expressão “indústria das secas”. O influente empresário Assis Chateaubriand se referia a Celso Furtado como “um novo Antônio Conselheiro, de fraque” (Furtado, 1989, pp. 45-51). Apesar de todo esse entusiasmo, poucos anos depois alguns atores se viram obrigados a reconhecer, não sem pesar, que a grande beneficiada por aquela agenda foi uma fração da classe dominante em ascensão: a burguesia industrial do Centro-Sul, associada ao capital estrangeiro (Cardoso, 1978, pp. 414-416).

⁵ Um estudo detalhado do discurso desenvolvimentista durante o governo Kubitscheck foi realizado por Miriam Limoeiro Cardoso (1978).

Furtado voltou ao Recife para chefiar a Sudene. Seu cargo, ligado à presidência da república, permitia-lhe guardar certa distância das elites locais, algo que trazia vantagens, mas também criava problemas. Afinal, fazer a mediação entre as demandas locais e o Estado nacional não era uma tarefa simples, sobretudo se a Superintendência seguisse à risca o programa que havia inspirado sua criação. A industrialização e o combate às desigualdades regionais não avançariam sem conflitos. Para alcançar esses objetivos, Furtado contou com o apoio inicial de um pequeno grupo de cerca de trinta servidores, entre os quais estava o sociólogo Francisco de Oliveira.

Francisco de Oliveira: o Nordeste como re(li)gião

Nascido no Recife, em 1933, Francisco de Oliveira não pensava em seguir carreira acadêmica quando concluiu o curso de Ciências Sociais da Universidade do Recife, hoje Federal de Pernambuco, em 1956. Suas energias se dividiam entre as aulas e o trabalho como bancário, que parecia mais promissor. Uma carreira no Banco do Nordeste, onde realizava especializações voltadas à área de economia, valeria mais do que o título universitário: “O que poderia fazer com um diploma de sociólogo no Recife?” (OESP, 23/11/2009). Sua avaliação parecia correta, pois foi graças ao serviço público que ele teve a oportunidade de assistir a um curso oferecido na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), no Rio de Janeiro, em 1958, sob organização da CEPAL. Na ocasião ele teve contato com as ideias desenvolvimentistas que inspiravam a criação da Sudene. No ano seguinte, quando soube que o novo órgão selecionava funcionários, Oliveira foi ao encontro de Furtado:

Eu pedi uma entrevista com ele, que me recebeu. “O que queria?”. Eu disse que tinha sabido disso [da criação da Sudene] e que estava disposto a trabalhar. “O que você faz?”. “Eu faço isso e tal, fiz o curso da CEPAL, fui bem sucedido, tive notas tais e tais”. Não se comoveu, estava impassível. [...] Disse ele então: “está bem, vai falar com José Medeiros”. Era o futuro chefe de pessoal, eu estava contratado! [...] Eu, besta, assim, nunca consegui emprego tão fácil (entrevista em Perruso, 2013, p. 182).

Quando pleiteou a vaga, Oliveira ainda não possuía em seu currículo publicações marcantes, como *Crítica à razão dualista* ou *Elegia para uma re(li)gião*, que só seriam escritas nos anos 1970. Elaborados no Centro

Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), esses livros voltados à crítica do desenvolvimentismo e da experiência da Sudene lhe garantiriam um lugar de destaque dentro da sociologia brasileira. No final da década de 1950, porém, ele e os demais integrantes do pequeno grupo inicial de funcionários da Superintendência não eram conhecidos, mas compartilhavam muitas características em comum: à exceção do sanitarista Mário Magalhães, com mais idade, eram todos jovens na faixa dos vinte e poucos anos, com alguma experiência em instituições públicas, a maioria natural de Pernambuco ou da Paraíba.

Antes de sua criação oficial, a Sudene não podia realizar concursos, o que a obrigava a recrutar servidores em outros órgãos públicos. A juventude dos selecionados talvez se explique pelo fato de que funcionários com maior experiência, já fixados em outras instituições, tendiam a se entusiasmar menos com a mudança para a Superintendência. Esta, apesar da repercussão que gerara, ainda era uma grande aventura. Para se engajar em seu projeto também era necessário, portanto, certo grau de paixão e entusiasmo diante da ideia de “salvar o Nordeste”. A região deveria ser uma espécie de religião, como Oliveira a definiria no livro de 1977. Logo é compreensível que muitos membros do grupo inicial de servidores tenham aceitado abandonar carreiras promissoras, algumas no Centro-Sul do país, para voltar à região onde nasceram sob a liderança de Furtado. Para preparar seus funcionários, a Sudene oferecia um curso de especialização nos moldes daquele que Francisco de Oliveira frequentara na sede do BNDE, sob forte influência da CEPAL.

Após a instalação definitiva da Sudene, Furtado logo percebeu que a tarefa de cuidar do dia-a-dia do órgão era incompatível com o grande número de viagens que era obrigado a fazer, sobretudo a Brasília. Seu peso político no cenário nacional já era muito grande, tanto que assumiria o Ministério do Planejamento durante o governo de João Goulart. Em 1960, já ciente dessas dificuldades, ele decidiu selecionar um substituto. Francisco de Oliveira, o escolhido, descreveu assim o processo:

A certa altura o Mário Magalhães, que era uma espécie de tutor intelectual do Celso, disse a ele: “Você não pode fazer isso mais, está ficando

impossível, ninguém pode administrar essa zorra aqui com você fora o tempo todo. Tem que ter um substituto”. Celso concordou e foi excluindo: Luiz Vasconcelos não podia porque era português, Jorge Furtado porque era irmão dele, Mário Magalhães não podia porque era antiburocrático. Mário me disse: “Se me entregarem esse treco, eu fecho no dia seguinte. Então sobrou para você”. Eu? “É, sobrou pra você! É o mais antigo aqui depois desses três velhos, então vai você.” Foi assim que eu assumi a superintendência, em 1960, poucos meses depois do Codeno (Montero e Moura, 2009, pp. 155-156).

Francisco de Oliveira passou, então, a cuidar das questões administrativas de um órgão cujas atividades iam muito além das funções técnicas que lhe foram atribuídas pela presidência da república. A Sudene exercia enorme peso sobre o debate político e intelectual do Nordeste, onde contribuía para a difusão de ideias de modernização já bem conhecidas no Centro-Sul do país. Não por acaso ela inspirou reformas nos currículos de cursos superiores em muitas universidades locais.⁶ Através de um programa de bolsas de estudo, implementado a partir da aprovação de seu Plano Diretor, em 1961, a Superintendência contribuiu para formar pesquisadores que, muitas vezes, passariam a fazer parte de seu quadro de funcionários. Com a legalização e o aumento das verbas, ela se expandiu rapidamente: em 1964, no momento do golpe militar, estima-se que já contava com cerca de dois mil funcionários espalhados por escritórios em vários Estados do Nordeste.

Antes dessa fase de expansão, porém, o quadro de funcionários ainda era menor e não havia verbas suficientes para a realização de grandes projetos. Essas limitações contribuía para a conformação de um grupo mais coeso, ainda confiante nas diretrizes básicas do projeto lançado por Celso Furtado. A mudança desse cenário a partir de 1961 não foi uma consequência apenas da reorganização proporcionada pelo Plano Diretor. Contribuíram, também, eventos políticos externos que aceleraram o declínio do consenso desenvolvimentista, dentro e fora da Sudene.

⁶ Um exemplo: segundo Perruci (1986, pp. 513-514), os cursos de desenvolvimento econômico promovidos pela Superintendência influenciaram a reforma do currículo de Ciências Sociais da Universidade do Recife a partir dos anos 1960, quando toda a instituição passaria por transformações que pretendiam alinhá-la ao contexto político nacional.

A crise e o golpe

O esforço conjunto de Kubitschek e Furtado diante da crise conjuntural gerada pela seca de 1958 não foi a primeira forma de intervenção do governo federal diante dos problemas do Nordeste. Pelo menos desde a criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas, em 1909, mais tarde transformada em DNOCS, já havia um esforço para atender às demandas da região, mas seu foco revelava um alcance muito limitado, que não escapava às reclamações dos grandes proprietários de terra locais. Porém se, até a década de 1950, “a *questão regional* foi percebida, formulada e enfrentada, sobretudo, em função dos interesses da elite regional”, a partir da agitação política e social que marcou o ciclo nacional-desenvolvimentista já “não bastava mais o tradicional combate às secas, que até então apenas beneficiara a grande propriedade e nada alterara da miséria rural” (Bernardes, 2007, pp. 69-70).

A consciência crítica a respeito dos problemas regionais foi construída ao longo dos anos graças ao surgimento de novas forças sociais, sobretudo as classes médias e populares, que propuseram outro olhar sobre o tema. Um marco desse movimento foi a realização do *Congresso para a Salvação do Nordeste*, em 1955. Estimulado pelo PCB, ele serviu para “introduzir no Nordeste as teses desenvolvimentistas apoiadas pela esquerda e por setores da burguesia, ampliar os espaços dos movimentos populares bem como encaminhá-los para uma perspectiva de luta nos marcos econômicos-institucionais dominantes” (Soares, 1982, p. 44). Um ano mais tarde, um encontro organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Campina Grande, reafirmava aquelas posições. Na política a relação de forças também se alterava. Em Pernambuco, onde se instalaria a Sudene, destacam-se o crescimento das Ligas Camponesas e a radicalização da Frente do Recife, já citados.

Nota-se, portanto, que a Sudene não inaugurou o debate sobre a questão regional, mas estava inserida nele. Ela não controlava, de fora, a conjuntura, mas se encontrava imersa em suas contradições. Estas, que já eram enormes, tornaram-se ainda mais agudas a partir de 1961, data que pode ser tomada como um marco devido a importantes eventos locais, nacionais e

internacionais. Além da campanha eleitoral que levou à vitória de Arraes em Pernambuco, aquele ano pode ser lembrado pela crise em torno da renúncia de Jânio Quadros da presidência e do impasse que envolveu a posse de seu vice, João Goulart. No contexto da Guerra Fria, o alinhamento de Cuba junto ao bloco soviético, também naquele ano, provocaria uma redefinição da estratégia estadunidense para a América Latina. Somados, esses fatos contribuíram para precipitar rupturas importantes no bloco nacional-desenvolvimentista que afetaram definitivamente a experiência da Sudene.

Em julho daquele ano Celso Furtado viajou aos Estados Unidos, onde foi recebido por John Kennedy e pelos presidentes do Banco Mundial e da Fundação Ford, que valorizavam seu programa para o Nordeste brasileiro como um instrumento de contenção do risco revolucionário na região. O financiamento generoso oferecido ao economista era voltado à execução de projetos que atendessem às demandas mais imediatas dos trabalhadores rurais, radicalizados pela ação das Ligas Camponesas. No ano seguinte, porém, a Aliança para o Progresso⁷ desembarcou no Brasil com uma agenda própria que, em muitos pontos, chocava-se com os planos da Sudene. Sem acordo com Furtado, o chefe da missão estadunidense passou a negociar projetos diretamente com os governadores locais. O trabalho da Superintendência era considerado lento, ineficaz e ambíguo.

À esquerda, a avaliação não era mais positiva. Para o PCB, a viagem de Furtado aos Estados Unidos era um sinal inaceitável de que a Sudene se alinhava a interesses imperialistas. Assim se expressou um membro do Partidão nas páginas do jornal *Novos Rumos*:

Quando o sr. Celso Furtado esteve nos Estados Unidos, pleiteando dólares para a Sudene, não lhe perguntaram se o que pedia era bastante para proporcionar leite às crianças do Nordeste, ou se o programa agrário da Sudene atenderia às reivindicações da massa camponesa sem terra. Perguntaram-lhe, sim, se o Plano da Sudene afastaria o “perigo” do comunismo e do castrismo no Nordeste, que é este e não a fome quem tira o sono dos alegres milionários ianques (Almeida, 1961).

⁷ Programa lançado pelo governo Kennedy, que visava à integração e ao desenvolvimento do continente americano, com aportes financeiros aos países da América Latina. Foi lançado em 13 de março de 1961 e ratificado em 16 de agosto na Carta de Punta Del Este, Uruguai, onde 22 países latino-americanos o assinaram, exceto os ausentes Canadá e Cuba.

Também à esquerda, as Ligas Camponesas, lideradas por Francisco Julião, adotavam uma linha política ainda mais radical. Ao pressionar por uma solução rápida para o problema da concentração de terras, o movimento realizava ameaças inspiradas no exemplo cubano: se nada mudasse, o único caminho seria a insurreição revolucionária.

Furtado era cauteloso com algumas questões mais polêmicas, como a Reforma Agrária. Embora fosse favorável a esta bandeira, ele pretendia avançar a passos mais lentos, evitando, assim, um confronto direto com a oligarquia local, o que poderia por em risco desde cedo a experiência da Sudene. Mas seus cuidados não bastaram. Os latifundiários nunca prestaram apoio ao seu trabalho. Ao contrário, usavam os meios de comunicação que detinham para atacar Furtado e a Superintendência. Se, até 1961, ela era considerada um espaço de muito debate e pouca ação, passou, em seguida, a ser acusada de executar aos poucos um programa da esquerda. A situação era paradoxal: se, por um lado, o PCB suspeitava dos diálogos de Furtado com os Estados Unidos, de outro a elite regional julgava que a Sudene era uma instituição dominada por comunistas. Assim, na esteira de um acirramento da luta de classes, o enorme apoio inicial se convertia numa difícil encruzilhada.

Foi neste contexto que a Superintendência se expandiu, sobretudo através do recrutamento de novos servidores. Muitos deles eram jovens recém-formados que viveram nas universidades aquele clima político agitado, criaram vínculos com partidos ou tiveram contato com ideias que influenciariam suas atividades no interior da Sudene. Esta já possuía entre seus quadros algumas pessoas com relações próximas ao PCB ou ao governo de Miguel Arraes. É o caso de Jader Andrade, membro do grupo inicial do CODENO que estava à frente da diretoria de política agrária. Andrade assumiria pouco depois a Secretaria de Agricultura de Pernambuco na gestão de Arraes. Ele era amigo de Francisco de Oliveira desde o período em que os dois trabalharam juntos no Banco do Nordeste, ainda antes da criação da Sudene. Outro funcionário próximo dos comunistas era Nailton Santos, irmão do geógrafo Milton Santos, responsável pelo setor de recursos humanos.

E qual era a posição de Oliveira diante dos crescentes conflitos? Apesar de ter atuado próximo ao Partido Socialista Brasileiro durante a juventude, o sociólogo não possuía vínculo com nenhuma organização. Estava, porém, bem próximo desses servidores mais à esquerda e era amigo do governador Miguel Arraes. Talvez essas relações tenham despertado a atenção dos militares que o prenderiam poucos dias após o golpe de 1964. Em seu perfil nas páginas do Inquérito Militar, o Francisco de Oliveira é descrito como:

Responsável pela Cubanização da Sudene. Em discurso proferido em banquete de posse de Jader Andrade na SAIC, referiu-se a “luta comum” que vinham travando desde os bancos escolares. Chegou a brigar com Celso Furtado porque este não estava dentro da linha, pois achava que ele estava fazendo o jogo dos americanos nos arts 18 e 34 do Plano Diretor da Sudene. Ele, Jader de Andrade e Juarez Farias, formavam uma “panelinha” que ditava as metas políticas, com a complacência de Celso Furtado, comportando-se este, dubiamente, sem se definir, porém fazendo jogo de sua conveniência pessoal. Francisco de Oliveira era o homem que acolhia as reivindicações “subversivas” dos funcionários esquerdistas e das Associações dos Servidores da Sudene, junto a Superintendência. A Diretoria da Associação estava dominada por agitadores. Era o “quebragalho” dos esquerdistas junto ao próprio Superintendente. Aproveitava, quando assumia a Superintendência, para agir mais objetivamente. Os servidores esquerdistas da Sudene estavam dispostos a cerrarem fileiras ao lado de Francisco de Oliveira contra Celso Furtado, no caso citado pela demissão de funcionários reconhecidamente subversivos, entre eles, Pedro Mota Barros, que foi indicado por Francisco Oliveira, para trabalhar na Sudene.⁸

Há sem dúvida exageros nesse perfil, bastante influenciado pela opinião de jornais, como o Diário de Pernambuco, que iniciaram uma perseguição a servidores “comunistas” da Sudene logo na sequência do golpe. Mas há, também, dados interessantes, como o trecho que sugere uma divergência entre Oliveira e Furtado quanto aos efeitos dos artigos 18 e 34 do Plano Diretor. Através deles garantia-se isenção fiscal para empresas que investissem no Nordeste. A crítica ao chamado mecanismo 34/18 é um dos pilares de *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977. Segundo Oliveira essa legislação de fato contribuiu para integrar a economia regional à nacional, o que ocorria, porém, sem alterar a relação de subordinação já existente, pois o capital apenas passava pelo Nordeste e em seguida voltava para o centro do sistema, dentro ou fora do país, sobretudo a partir da aprovação de uma

⁸ Perfil atribuído a "Francisco Maria Cavalcanti de Oliveira", localizado no arquivo digitalizado pelo projeto Brasil: Nunca Mais, Arquivo BNM 266, p. 5154.

modificação, em 1963, que suprimiu a exigência de 100% de capital nacional para a participação no programa de isenção fiscal. O Estado descartava, assim, uma parcela considerável de tributos a serem captados e os mantinha, enquanto capital, nas mãos dos grandes investidores.

É provável que este debate já existisse antes do início da ditadura e que tenha gerado conflitos no interior da Sudene, mas não é possível precisar seu alcance. De qualquer modo esses fatos, até hoje pouco explorados, podem contribuir para a compreensão da rápida mudança na trajetória de Francisco de Oliveira após o golpe de 1964, quando transitou, num curto espaço do tempo, do nacional-desenvolvimentismo para o marxismo. Se ele mantinha contato com o PCB ou outras forças políticas de esquerda, ainda que de forma não orgânica, sem dúvida já era capaz de criticar algumas das posições defendidas por Celso Furtado.⁹ Este é um dado interessante, mesmo quando se considera que esse possível distanciamento não poderia extrapolar os limites da ideologia nacional-desenvolvimentista, compartilhada também pelo Partidão. Esse fato não impediu que após a ruptura de 1964 e a derrota daquele projeto, Oliveira buscasse respostas à esquerda que o ajudassem a compreender o que havia ocorrido.¹⁰

O golpe militar foi a solução conservadora para a crise do nacional-desenvolvimentismo, que tinha raízes profundas no Nordeste. Francisco de Oliveira, que se encontrava no Recife quando o movimento golpista começou, seguiu com Celso Furtado para o Palácio do Governo de Pernambuco, residência oficial do governador Miguel Arraes. O sociólogo resumiu aquelas horas de tensão:

Eu assisti toda a negociação, da tarde do dia 31 de março até o dia 1º de abril, e os milicos também não sabiam o que fazer. Celso Furtado foi para

⁹ Em *Elegia para uma re(li)gião*, de 1977, ele escreveu: “Pertencente aos quadros da Sudene desde sua fundação até o ano de 1964, estive em posição privilegiada vendo, participando, *dissentindo, perdendo dentro do processo*. (Oliveira, 2008, p. 126). A parte final da frase, que grifei, sugere a existência de conflitos.

¹⁰ Sinais de uma mudança de perspectiva apareceram muito antes de sua entrada para o CEBRAP, no final dos anos 1960. No artigo “Condições institucionais do planejamento” – publicado na Revista Civilização Brasileira, em 1966 – o sociólogo apresenta uma dura crítica ao pensamento da CEPAL, porém sem a consistência que marcará seus textos da década seguinte. Em entrevista recente, Oliveira comentou o conteúdo desse artigo: “Já era um pé atrás com o furtadismo que fazia do planejamento uma espécie de panaceia” (Ridenti e Mendes, 2012, p. 602).

lá, demos a colaboração que a gente podia. Os aviões para contatar os governadores eram aviões da Sudene, por exemplo. Eu vi quando o coronel Dutra de Castilho deu ordem de prisão a Arraes. Ninguém me contou, eu vi (Monteiro e Moura, 2009, pp. 160-162).

Furtado, que tivera seus direitos políticos cassados, decidiu seguir para o exílio no Chile ainda nos primeiros dias de abril. Oliveira ficou e acabou preso logo após o jantar de despedida do economista, no dia 6. Foi conduzido para o gabinete do delegado Álvaro da Costa Lima e de lá para a prisão, onde permaneceria por dois meses. O início da ditadura também alterou o caráter da Sudene, que continuaria a atuar, agora sob vigilância dos militares. Para muitos dos que a conheceram antes e depois do golpe, ela foi finalmente capaz de executar o programa de industrialização que perseguia, mas já desprovido do conjunto de reformas que o complementava no projeto original.

Celso Furtado se inseriu em espaços ligados à CEPAL, em Santiago do Chile, antes de se mudar para Paris, onde seguiria carreira acadêmica. Oliveira só abandonou o Recife pouco tempo depois de deixar a prisão. Passou pelo Rio de Janeiro, depois por Santiago e pela Guatemala, antes de se fixar no México. Só voltou ao Brasil em 1968. Já em São Paulo recebeu um convite de Octavio Ianni para participar do CEBRAP, criado sob a liderança de Fernando Henrique Cardoso. Sem dúvida a diferença de prestígio entre Furtado e Oliveira, enorme àquela época, contribuiu para delimitar suas escolhas após o golpe. Porém, através de caminhos distintos, ambos conquistaram posições sólidas no meio intelectual brasileiro e se tornaram referências no intenso debate crítico a respeito do desenvolvimento nacional. Durante a década de 1970 eles se encontrariam muitas vezes em mesas dedicadas a este tema em espaços como os encontros da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), quando não raramente expunham suas divergências.

Sobre a mudança que o golpe e o início da ditadura provocaram em sua vida, Oliveira tem uma opinião bastante sincera:

É paradoxal: 1964 me salvou de ser um burocrata de êxito. Quer dizer, o que foi ruim para o país para mim foi bom. Quer dizer, foi bom vendo em perspectiva, jamais ia adivinhar nada disso, porque eu estava numa carreira ascendente, e isso felizmente não aconteceu. Mas o impacto foi destrutivo. Calou fundo no Nordeste, o que até hoje é pouco explorado. Calou fundo ao ponto de que Celso tornou-se um dom Sebastião. Foi uma

frustração enorme e, eu diria, irrecuperável (Monteiro e Moura 2009, p. 162).

A ditadura deixou marcas profundas nas trajetórias de muitos personagens, famosos ou não. Também impôs um projeto que alterou o destino do Nordeste e do país como um todo. A exposição das trajetórias de Celso Furtado e Francisco de Oliveira, resumidas aqui, tem o objetivo de contribuir para a compreensão desse processo, sobre o qual ainda há, sem dúvida, muito a ser estudado.

Bibliografia

ALMEIDA, J. 1961. "Ajuda" americana e política independente. *Novos Rumos*, 6 out.

BERNARDES, D. de M. 2007. "Notas sobre a formação social do Nordeste". *Lua Nova*, n. 71, pp. 41-79.

BIELSCHOWSKY, R. 2004. *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.

BRASIL: NUNCA MAIS [projeto]. Arquivo BNM 266, p. 5154. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_03&PagFis=76809>. Acesso em: 10 mar. 2017

CALLADO, A. 1979. *Tempo de Arraes. A revolução sem violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

CARDOSO, M. L. 1978. *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK - JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

COSTA PINTO, L. 1963. *Sociologia e desenvolvimento. Temas e problemas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,

FERNANDES, F. 1963. *A sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: CEN.

FURTADO, C. 1960. *Operação nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB.

_____. 1980. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional.

_____. 1989. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra.

- _____. 1992. *Brasil, a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GARCIA, A. 1998. “La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste”. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Vol. 121-122, março de 1998. pp. 52-61.
- JINKINGS, I.; RIDENTI, M.; MAAR, W. L. 2007. “Entrevista: Francisco de Oliveira”. *Margem Esquerda 10*, novembro de 2007. São Paulo: Boitempo Editorial.
- LOUREIRO, M. R. G. 1997. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- MANTEGA, G. 1984. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Polis/Vozes.
- MENDES, F da S. 2015. *O ovo do ornitorrinco: a trajetória de Francisco de Oliveira*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.
- _____. 2017. “No olho do furacão: Celso Furtado e Francisco de Oliveira nos primeiros anos da Sudene”. *Lua Nova*, São Paulo, nº 100, pp. 283-211.
- MONTERO, P.; MOURA, F. (orgs.). 2009. *Retrato de grupo – 40 anos do Cebrap*. São Paulo: Cosac Naify.
- OESP – O Estado de S. Paulo, 23 nov. 2009. O sociólogo Francisco de Oliveira fala o que queria saber aos 21 anos.
- OLIVEIRA, F. de. 1966. “Condições institucionais do planejamento”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 5-6, pp. 39-47, 1966.
- _____. 2003. *Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2008. *A noiva da revolução / Elegia para uma re(li)gião*. São Paulo: Boitempo.
- _____. 2009. “Depoimento na CPI sobre a Sudene (1978)”. In: FURTADO, R. *O Nordeste e a saga da Sudene*. Rio de Janeiro: Contraponto.

- OLIVEIRA, F. de; REICHSTUL, H. P. 1973. "Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil". *Estudos CEBRAP*, v. 4, pp. 131-168.
- PERRUCCI, G. 1986. *Um projeto oligárquico-liberal de universidade. (Notas para uma História da UFPE)*. In: *Cadernos de Estudos Sociais*, 2, pp. 505-520.
- PERRUSO, M. de A. 2013. "Uma trajetória dissonante: Francisco de Oliveira, a Sudene e o CEBRAP". *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, 67, pp. 179-192, Jan./Abr. 2013.
- RAMOS, G. *A redução sociológica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- RIDENTI, M. S.; MENDES, F. da S. 2012. "Do dualismo ao ornitorrinco: entrevista com Francisco de Oliveira". *Caderno CRH*, Salvador, vol. 25, 66, pp. 601-622. Set/Dez. 2012.
- SOARES, J. A. 1982. *A Frente do Recife e o Governo Arraes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- TAVARES, H. M. 1989. *Uma experiência de planejamento regional: o nordeste brasileiro*. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia – UNICAMP.